

Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2020 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais





Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da São Martinho S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais -ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



São Martinho S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e períodos anteriores

As Informações Trimestrais – ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 30 de junho de 2019, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 30 de junho de 2019 foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão com data de 12 de agosto de 2019, sem ressalvas.

Ribeirão Preto, 10 de agosto de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PRO35795/O-1 "T" SP

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Demonstração do valor adicionado.....	7
1. Contexto operacional	8
2. Resumo das principais políticas contábeis.....	9
3. Principais usos de estimativas e julgamentos	13
4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	15
5. Contas a receber de clientes	15
6. Estoques e adiantamentos a fornecedores	16
7. Ativos biológicos.....	17
8. Tributos a recuperar	19
9. Partes relacionadas.....	20
10. Investimentos	22
11. Imobilizado	23
12. Intangível.....	26
13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar.....	27
14. Empréstimos e financiamentos	31
15. Fornecedores	33
16. Obrigações e Direitos com a Copersucar.....	33
17. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber	35
18. Patrimônio líquido	36
19. Programa de participação nos lucros e resultados	38
20. Imposto de renda e contribuição social	39
21. Compromissos	41
22. Provisão para contingências	42
23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos.....	44
24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros.....	52
25. Valor Justo	54
26. Informação por segmento (consolidado)	55
27. Receitas	57
28. Custos e despesas por natureza	59
29. Resultado financeiro	59
30. Lucro por ação	60
31. Cobertura de seguros	60

Balanço Patrimonial

Em 30 de junho e 31 de março 2020

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	234.452	91.998	236.859	92.066
Aplicações financeiras	4	1.307.651	1.775.640	1.405.092	1.831.504
Contas a receber de clientes	5	223.832	125.531	266.659	165.829
Instrumentos financeiros derivativos	23	98.729	224.635	98.729	224.635
Estoques e adiantamentos a fornecedores	6	724.778	357.890	720.183	366.177
Ativos biológicos	7	689.676	713.547	689.676	713.547
Tributos a recuperar	8	20.438	12.303	20.438	12.303
Imposto de renda e contribuição social	20	56.770	71.257	56.770	71.257
Dividendos a receber		-	-	249	-
Outros ativos		16.408	8.581	16.639	8.832
TOTAL DO CIRCULANTE		3.372.734	3.381.382	3.511.294	3.486.150
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	35.269	35.011	38.738	38.494
Estoques e adiantamento a fornecedores	6	81.866	49.916	81.866	49.916
Instrumentos financeiros derivativos	23	34.630	28.977	34.630	28.977
Contas a receber de clientes	5	-	-	34.326	27.192
Valores a receber da Copersucar		10.017	10.017	10.017	10.017
Tributos a recuperar	8	71.360	80.051	72.733	81.046
Depósitos judiciais	22	271.722	270.872	271.901	271.060
Partes relacionadas	9	255	255	-	-
Outros ativos		57.159	57.159	57.159	57.159
		562.278	532.258	601.370	563.861
Investimentos	10	1.500.581	1.462.223	34.560	33.868
Imobilizado	11	3.885.130	4.058.484	5.665.225	5.844.505
Intangível	12	412.209	413.075	459.922	465.689
Direito de uso	13	1.647.850	1.719.453	1.647.850	1.719.453
		7.445.770	7.653.235	7.807.557	8.063.515
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.008.048	8.185.493	8.408.927	8.627.376
TOTAL DO ATIVO		11.380.782	11.566.875	11.920.221	12.113.526

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	697.575	591.024	697.575	591.024
Arrendamentos a pagar	13	49.987	40.168	49.987	40.168
Parceria agrícola a pagar	13	226.727	203.835	226.727	203.835
Instrumentos financeiros derivativos	23	319.392	406.473	319.392	406.473
Fornecedores	15	275.051	176.848	268.067	174.524
Obrigações com a Copersucar	16	10.892	10.892	10.892	10.892
Salários e contribuições sociais		200.341	149.263	201.536	150.249
Tributos a recolher		37.953	32.477	41.673	34.730
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20	-	-	6.377	4.985
Dividendos a pagar	18	54.694	54.694	54.694	54.694
Adiantamentos de clientes		10.908	34.662	10.953	34.710
Aquisição de participações societárias	9 e 17	11.647	11.664	11.647	11.664
Outros passivos		14.480	10.310	19.272	18.527
TOTAL DO CIRCULANTE		1.909.647	1.722.310	1.918.792	1.736.475
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	14	3.898.061	4.223.418	3.898.061	4.223.418
Arrendamentos a pagar	13	359.021	377.954	359.021	377.954
Parceria agrícola a pagar	13	1.008.497	1.053.956	1.008.497	1.053.956
Instrumentos financeiros derivativos	23	68.363	79.022	68.363	79.022
Obrigações com a Copersucar	16	178.443	179.189	178.443	179.189
Tributos a recolher		8.923	7.283	8.923	7.283
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	196.204	214.220	726.029	746.226
Provisão para contingências	22	97.942	99.793	98.439	100.283
Aquisição de participações societárias	9 e 17	15.270	15.270	15.270	15.270
Tributos com exigibilidade suspensa	16 (b)	242.188	242.188	242.188	242.188
Outros passivos		5.614	5.596	5.586	5.586
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.078.526	6.497.889	6.608.820	7.030.375
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18				
Capital social		1.696.652	1.696.652	1.696.652	1.696.652
Reserva de capital		9.418	9.418	9.418	9.418
Ações em tesouraria		(131.361)	(131.361)	(131.361)	(131.361)
Ajustes de avaliação patrimonial		533.529	607.022	533.529	607.022
Reservas de lucros		1.182.573	1.164.945	1.182.573	1.164.945
Lucros acumulados		101.798	-	101.798	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.392.609	3.346.676	3.392.609	3.346.676
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.380.782	11.566.875	11.920.221	12.113.526

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações intermediárias

Demonstração do resultado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receitas	27	993.812	724.511	1.021.020	751.729
Custo dos produtos vendidos	28	(711.938)	(560.843)	(701.229)	(553.031)
Lucro bruto		281.874	163.668	319.791	198.698
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	28	(44.720)	(24.896)	(45.293)	(25.472)
Despesas gerais e administrativas	28	(55.500)	(51.045)	(56.329)	(51.931)
Resultado de equivalência patrimonial	10	38.341	35.815	941	408
Outras receitas, líquidas		1.860	9.779	2.445	10.698
		(60.019)	(30.347)	(98.236)	(66.297)
Lucro operacional		221.855	133.321	221.555	132.401
Resultado financeiro	29				
Receitas financeiras		17.802	44.687	20.096	47.363
Despesas financeiras		(98.512)	(95.315)	(98.531)	(94.704)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(1.333)	(16.017)	(1.333)	(16.017)
Derivativos		6.915	(158)	6.915	(158)
		(75.128)	(66.803)	(72.853)	(63.516)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		146.727	66.518	148.702	68.885
Imposto de renda e contribuição social	20 (b)				
Do exercício		(13.093)	27.991	(15.561)	25.213
Diferidos		(17.928)	(3.046)	(17.435)	(2.635)
Lucro líquido do período		115.706	91.463	115.706	91.463
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	30	0,3337	0,2584	0,3337	0,2584

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações intermediárias



Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
Em milhares de reais

Controladora e consolidado	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Lucro líquido do exercício	115.706	91.463
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado		
Movimento no exercício:		
Variação do valor justo		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(39.151)	9.522
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(63.936)	14.363
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(93.823)	29.674
	<u>(196.910)</u>	<u>53.559</u>
Reconhecimento no resultado operacional		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	5.362	(775)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	85.063	1.385
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	602	442
	<u>91.027</u>	<u>1.052</u>
Baixa por inefetividade		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	166	27
	<u>166</u>	<u>27</u>
Total movimento no exercício		
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(33.623)	8.774
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	21.127	15.748
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(93.221)	30.116
Tributos diferidos sobre os itens acima	35.944	(18.576)
	<u>(69.773)</u>	<u>36.062</u>
Resultado abrangente do período	<u>45.933</u>	<u>127.525</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações intermediárias

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	Ajustes de avaliação patrimonial											Lucros acumulados	Total
		Capital Social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Deemed cost			Reserva de lucros						
					Própria	De investidas	Hedge accounting	Legal	Orçamento de capital	Reserva de lucros a realizar	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais		
Saldo em 31 de março de 2019	18	1.696.652	9.418	(234.100)	172.822	989.265	(145.732)	110.427	357.124	40.463	365.748	28.923	-	3.391.010
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c. i)	-	-	-	(3.905)	(350)	-	-	-	-	-	-	4.255	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 (c. ii)	-	-	-	-	-	36.062	-	-	-	-	-	-	36.062
Cancelamento de ações em tesouraria	18 b	-	-	177.232	-	-	-	-	(177.232)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.715	-	(22.715)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.463
Saldo em 30 de junho de 2019	18	1.696.652	9.418	(56.868)	168.917	988.915	(109.670)	110.427	179.892	40.463	388.463	28.923	73.003	3.518.535
Saldo em 31 de março de 2020	18	1.696.652	9.418	(131.361)	126.500	1.031.673	(551.151)	142.377	487.851	34.131	487.650	12.936	-	3.346.676
Realização de mais-valia de deemed cost	18 (c. i)	-	-	-	(3.655)	(65)	-	-	-	-	-	-	3.720	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	18 (c. ii)	-	-	-	-	-	(69.773)	-	-	-	-	-	-	(69.773)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.628	-	(17.628)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	115.706	115.706
Saldo em 30 de junho de 2020	18	1.696.652	9.418	(131.361)	122.845	1.031.608	(620.924)	142.377	487.851	34.131	505.278	12.936	101.798	3.392.609

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações intermediárias

Demonstração dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		115.706	91.463	115.706	91.463
Ajustes					
Depreciação e amortização	28	175.753	159.877	177.092	149.244
Ativos biológicos colhidos	28	185.029	129.409	185.029	129.409
Varição no valor justo de ativos biológicos	28	(11.039)	(9.274)	(11.039)	(9.274)
Amortização de contratos de energia		-	-	3.236	2.763
Resultado de equivalência patrimonial	10	(38.341)	(35.815)	(941)	(408)
Resultado de investimento e imobilizado baixados	11	50	1.298	(67)	279
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		42.307	57.032	41.251	55.360
Instrumentos financeiros derivativos		84.101	1.210	84.101	1.210
Constituição de provisão para contingências, líquidas	22.1	2.836	4.333	2.849	4.350
Imposto de renda e contribuição social	20 (b)	31.021	(24.945)	32.996	(22.578)
Ajuste a valor presente e outros		43.217	3.325	42.542	2.013
		630.640	377.913	672.755	403.831
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(94.034)	(5.432)	(106.997)	(13.054)
Estoques		(219.167)	(250.789)	(206.286)	(250.626)
Tributos a recuperar		16.223	(26.369)	15.846	(26.371)
Instrumentos financeiros derivativos		(73.482)	11.380	(73.482)	11.380
Outros ativos		(8.266)	(72.504)	(8.238)	(72.249)
Fornecedores		98.464	117.003	97.529	110.503
Salários e contribuições sociais		51.078	46.362	51.287	46.539
Tributos a recolher		(6.554)	5.412	(5.194)	5.836
Obrigações Copersucar		(1.256)	(3.676)	(1.256)	(3.676)
Provisão para contingências - liquidações	22.1	(2.223)	(4.896)	(2.236)	(4.913)
Outros passivos		(19.585)	(3.284)	(23.012)	(3.124)
Caixa proveniente das operações		371.838	191.120	410.716	204.076
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(135.117)	(62.427)	(135.117)	(62.427)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(969)	(879)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		236.721	128.693	274.630	140.770
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	17	(215)	(608)	(215)	(608)
Adições ao imobilizado e intangível		(35.541)	(57.029)	(35.543)	(57.059)
Adições ao ativo (plantio e tratos)	7 e 11	(192.121)	(180.393)	(192.121)	(180.393)
Aplicações financeiras		479.593	(159.825)	438.586	(197.585)
Recebimento de recursos pela venda de imobilizado	11	396	1.961	5.835	3.191
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento		252.112	(395.894)	216.542	(432.454)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Amortização de arrendamentos e parcerias	13	(112.341)	(129.361)	(112.341)	(105.002)
Captação de financiamentos - terceiros	14	143.481	416.087	143.481	416.087
Amortização de financiamentos - terceiros	14	(377.519)	(140.593)	(377.519)	(140.593)
Caixa líquido provenientes das (aplicado nas) atividades de financiamento		(346.379)	146.133	(346.379)	170.492
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		142.454	(121.068)	144.793	(121.192)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	91.998	197.170	92.066	197.607
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	234.452	76.102	236.859	76.415
Informações adicionais					
Saldos em aplicações financeiras (ativo circulante)	4	1.307.651	1.979.023	1.405.092	2.065.201
Total de recursos disponíveis	4	1.542.103	2.055.125	1.641.951	2.141.616

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	1.053.761	796.434	1.082.944	831.094
Receita referente a construção de ativos próprios	183.699	179.578	183.699	179.578
Outras receitas	1.096	644	1.689	1.540
	<u>1.238.556</u>	<u>976.656</u>	<u>1.268.332</u>	<u>1.012.212</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(274.443)	(210.491)	(256.602)	(211.511)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(211.002)	(161.091)	(218.857)	(168.788)
	<u>(485.445)</u>	<u>(371.582)</u>	<u>(475.459)</u>	<u>(380.299)</u>
Valor adicionado bruto	753.111	605.074	792.873	631.913
Depreciação e amortização	(175.753)	(159.877)	(177.092)	(149.244)
Ativos biológicos colhidos	(185.029)	(129.409)	(185.029)	(129.409)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	392.329	315.788	430.752	353.260
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	38.341	35.815	941	408
Receitas financeiras	195.223	94.775	197.523	97.452
Outras	1.544	9.306	1.538	9.331
Valor adicionado total a distribuir	<u>627.437</u>	<u>455.684</u>	<u>630.754</u>	<u>460.451</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos				
Remuneração direta	125.619	115.107	125.694	115.164
Benefícios	45.686	40.675	45.900	40.879
FGTS	10.652	11.580	10.657	11.584
Honorários dos administradores	10.655	8.270	10.943	8.546
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	45.631	(3.199)	48.324	832
Estaduais	2.319	29.901	2.330	30.069
Municipais	392	617	403	627
Financiadores				
Juros	94.569	89.916	94.569	89.916
Aluguéis	804	607	804	607
Variações cambiais	139.756	59.515	139.756	59.515
Outras	35.648	11.232	35.668	11.249
Lucros retidos do período	115.706	91.463	115.706	91.463
Valor adicionado distribuído	<u>627.437</u>	<u>455.684</u>	<u>630.754</u>	<u>460.451</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A São Martinho S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pradópolis, no estado de São Paulo, listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “São Martinho”) têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil. O período anual de safra no Centro-Sul do Brasil inicia em abril e termina em dezembro, gerando flutuações nos estoques da Companhia. O fornecimento de matéria-prima pode sofrer impacto de condições climáticas adversas. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar, etanol e cogeração de energia.

A Companhia é controlada pela *holding* LJN Participações S.A. (“LJN”), com participação de 53,74% no capital votante. A LJN, por sua vez, é de propriedade das seguintes *holdings* familiares: Luiz Ometto Participações S.A., João Ometto Participações S.A. e Nelson Ometto Participações Ltda.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi aprovada pelo Conselho de administração da Companhia em 10 de agosto de 2020.

RenovaBio - Cbios

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía 458 mil pré-Cbios emitidos. A comercialização destes títulos, após sua escrituração, deverá ocorrer principalmente com as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo RenovaBio. Considerando que até o encerramento das informações financeiras intermediárias não havia mercado ativo para transação de Cbios, não foi possível mensurar e estimar o valor de mercado ou valores justos para estes ativos.

Sobre o Renovabio:

Instituída pela Lei nº 13.576/2017, o RenovaBio é a Política Nacional de Biocombustíveis. O principal instrumento do RenovaBio é o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, de

forma a incentivar o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transportes do país.

As distribuidoras de combustíveis deverão comprovar o cumprimento de metas individuais compulsórias por meio da compra de Créditos de Descarbonização (CBIO), ativo financeiro negociável em bolsa, derivado da certificação do processo produtivo de biocombustíveis com base nos respectivos níveis de eficiência alcançados em relação a suas emissões.

Efeito do Coronavírus nas informações contábeis intermediárias

Os possíveis impactos da COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos realizados na preparação destas informações contábeis intermediárias. Substancialmente, aquelas realizadas a valor justo de ativos biológicos nos instrumentos financeiros derivativos com exposição cambial e no teste de *impairment* dos ágios para o período comparativo de 31 de março de 2020, fatores que poderiam impactar os resultados dos exercícios futuros da Companhia.

Na data em que o Conselho de Administração autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias demonstrações financeiras atuais, a administração da Companhia avaliou que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Adicionalmente, declaramos que as informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas da Companhia também atendem simultaneamente o BRGAAP e IFRS

As referidas informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPC, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos e ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos, e evidenciam todas as

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração pela sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações contábeis intermediárias, estão descritas a seguir.

A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle, e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Os saldos consolidados nas informações contábeis intermediárias atuais representam 100% da participação no capital social das seguintes empresas:

Empresa	Atividades principais
São Martinho Terras Imobiliárias S.A. ("SM Terras Imobiliárias") (i)	Venda e compra de imóveis, incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários e minerários.
Bioenergética São Martinho S.A. ("Bio SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Santa Cruz S.A. ("Bio SC")	Cogeração de energia elétrica.
São Martinho Inova S.A. ("SM Inova")	Participação em sociedades.
São Martinho Terras Agrícolas S.A. ("SM Terras Agrícolas")	Exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola, locação e venda de imóveis.
São Martinho Logística e Participações S.A. ("SM Logística")	Armazenagem de produtos em geral.
Bioenergia São Martinho ("Bioenergia SM")	Cogeração de energia elétrica.
Bioenergética Boa Vista S.A. ("Bioenergética UBV")	Cogeração de energia elétrica.

- (i) São Martinho Terras Imobiliárias ("SM Terras Imobiliárias"): inclui suas controladas que possuem atividades de incorporação e exploração de empreendimentos imobiliários, constituídas através de SPE's (Sociedades de Propósitos Específicos).

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações financeiras são apresentadas em Real, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

2.4 Conversão em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de *hedge*), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Para contabilidade de *hedge*, a Companhia continua adotando os requerimentos da IAS 39/CPC 38, conforme facultado pela IFRS 9.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na

demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*.

As variações no valor justo dos derivativos designados como *hedge* efetivo de fluxo de caixa, tem seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos exercícios em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Receita líquida de vendas", de modo a minimizar as variações do objeto do *hedge*.

2.6 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da São Martinho no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa

participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a São Martinho avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da São Martinho que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (*impairment*) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 12).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 18 (d), a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 07 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

g) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

	Rendimento Anual	Controladora		Rendimento Anual	Consolidado	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020		30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Caixa e bancos - no Brasil		132	180		2.539	248
Caixa e bancos - no exterior (dólar norte-americano)	0,30% a.a.	234.320	91.818	0,30% a.a.	234.320	91.818
Total de caixa e equivalentes de caixa		234.452	91.998		236.859	92.066
Aplicações financeiras						
. Fundo de investimento	98,12% CDI	1.224.241	1.693.054	99,45% CDI	1.321.682	1.748.918
. Fundos - LFT	100% SELIC	19.445	19.301	100% SELIC	19.445	19.301
. CDB	100,85% CDI	83.410	82.586	100,86% CDI	83.410	82.586
. Outros (i)	99,05% CDI	15.824	15.710	99,23% CDI	19.293	19.193
Total de aplicações financeiras		1.342.920	1.810.651		1.443.830	1.869.998
Total de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		1.577.372	1.902.649		1.680.689	1.962.064
No ativo não circulante		35.269	35.011		38.738	38.494
Total de recursos disponíveis		1.542.103	1.785.052		1.641.951	1.840.984

(i) Recursos dados em garantia para operações de financiamento junto ao BNDES e corretoras com restrição de resgate até o vencimento dos contratos.

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Cientes mercado interno	88.726	120.101	166.370	188.100
Cientes mercado externo	135.106	5.430	135.106	5.430
Perda esperada em créditos de liquidação	-	-	(491)	(509)
	223.832	125.531	300.985	193.021
A ativo circulante	223.832	125.531	266.659	165.829
A ativo não circulante	-	-	34.326	27.192

O saldo das contas a receber por data de vencimento está assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
A vencer:	223.139	124.557	300.081	191.911
Vencidas e não provisionadas:				
até 30 dias	5	69	61	112
acima de 31 dias	688	905	843	998
	223.832	125.531	300.985	193.021

Do saldo a receber, R\$ 2.033 e R\$ 181 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R\$ 1.612 e R\$ 626, Controladora e Consolidado em 31 de março de 2020, respectivamente) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

6. Estoques e adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Circulante				
Produtos acabados e em elaboração	508.373	139.599	495.558	139.599
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	64.315	61.238	64.315	61.238
Adiantamentos - compras de insumos	63.332	71.254	63.332	71.254
Loteamentos - terras	-	-	8.220	8.287
Insumos, materiais auxiliares para manutenção e outros	88.758	85.799	88.758	85.799
	724.778	357.890	720.183	366.177
Não Circulante				
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	81.866	49.916	81.866	49.916
	81.866	49.916	81.866	49.916
	806.644	407.806	802.049	416.093

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de realização. Os estoques de terrenos (Loteamentos) referem-se aos empreendimentos imobiliários e são apresentados pelo custo de aquisição acrescido de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*).

7. Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Controladora e Consolidado	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Área total estimada de colheita (ha)	239.011	239.774
Produtividade prevista (ton/ha)	88,00	91,35
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar (kg)	136,13	133,30
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,6301	0,6038

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na informação contábil intermediária atual, a taxa de desconto utilizada para cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,35% a.a. (7,22% a.a. em 31 de março de 2020).

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos" no resultado do período.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o período é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Custo histórico	829.616	742.524	829.616	742.524
Valor justo	(116.069)	(85.467)	(116.069)	(85.467)
Saldo inicial de ativos biológicos:	713.547	657.057	713.547	657.057
Movimentação:				
Aumentos decorrentes de tratos	125.893	117.056	125.893	117.056
Transferência imobilizado/biológico	98.155	73.352	98.155	73.352
Variação no valor justo	31.649	25.794	31.649	25.794
Reduções decorrentes da colheita	(279.568)	(219.224)	(279.568)	(219.224)
Saldo final de ativos biológicos:	689.676	654.035	689.676	654.035
Composto por:				
Custo histórico	774.095	713.708	774.095	713.708
Valor justo	(84.419)	(59.673)	(84.419)	(59.673)
Saldo final de ativos biológicos:	689.676	654.035	689.676	654.035

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras podem ser afetados, aumentados ou reduzidos.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 30 de junho de 2020, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar. e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 63.502. Com relação ao volume de produção, uma variação (para

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mais ou para menos) de 5%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 56.743.

8. Tributos a recuperar

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Circulante				
PIS / COFINS	7.062	4.031	7.062	4.031
ICMS	12.487	7.407	12.487	7.407
Outros	889	865	889	865
	20.438	12.303	20.438	12.303
Não Circulante				
PIS / COFINS	42.876	44.832	42.900	44.864
Reintegra	879	4.870	879	4.870
IOF sobre derivativos	8.689	8.653	8.689	8.653
ICMS	12.306	15.117	13.271	16.080
INSS	6.610	6.579	6.994	6.579
	71.360	80.051	72.733	81.046
	91.798	92.354	93.171	93.349

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

a) Saldos da Controladora e do Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Ativo circulante				
Contas a receber (i)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	16	22	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	1.067	9	-	-
Bioenergética São Martinho S.A.	821	1.014	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	11	14	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	21	447	93	528
Outros	97	106	88	98
	2.033	1.612	181	626
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital				
São Martinho Inova S.A.	5	5	-	-
Bioenergia São Martinho Ltda.	250	250	-	-
	255	255	-	-
Passivo circulante				
Fornecedores				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	597	168	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	321	258	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	9.893	5.423	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	182	346	182	346
Outros	9	9	9	9
	11.002	6.204	191	355
Adiantamento de clientes				
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	7	-	7	-
	7	-	7	-
Arrendamento e parceria agrícola a pagar				
De acionistas e partes relacionadas	285.969	291.281	285.969	291.281
Passivo circulante e passivo não circulante				
Aquisição de participação societária				
Luiz Ometto Participações S.A. (nota 17)	26.917	26.934	26.917	26.934

(i) Referem-se substancialmente ao rateio das despesas com o Centro de Serviços Compartilhados e venda de vapor para BIO SC e BIO SM.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Transações relevantes da Controladora e do Consolidado no período:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receita de vendas				
Bioenergética Santa Cruz S.A.	3.059	1.974	-	-
Bioenergética São Martinho S.A.	1.900	1.748	-	-
	4.959	3.722	-	-
Despesas reembolsadas/Receita de arrendamento (Compras de produtos e serviços)				
São Martinho Terras Imobiliárias S.A.	(1.599)	(1.233)	-	-
São Martinho Terras Agrícolas S.A.	(23.663)	(23.090)	-	-
Bioenergética Santa Cruz S.A.	(471)	(820)	-	-
Bioenergética São Martinho S.A.	11	82	-	-
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	(120)	(569)	100	(371)
Agro Pecuária Boa Vista S/A	31	49	31	49
	(25.811)	(25.581)	131	(322)
Acionistas e partes relacionadas				
Compra de cana-de-açúcar e arrendamento de terras				
Agro Pecuária Boa Vista S/A	(8.621)	(7.789)	(8.621)	(7.789)
Outros	(4.639)	(4.360)	(4.639)	(4.360)
	(13.260)	(12.149)	(13.260)	(12.149)

As receitas de vendas referem-se à venda de vapor. Compras de produtos e serviços são provenientes de compra de cana-de-açúcar, energia elétrica, serviço de industrialização de vapor e royalties. As despesas reembolsadas por controladas ou partes relacionadas referem-se a gastos incorridos com o Centro de Serviços Compartilhados, com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

c) Remuneração dos Administradores:

A remuneração paga (ou a pagar) está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Remuneração fixa, variável e benefícios	7.005	6.646	7.490	7.110
Contribuições previdenciárias e sociais	1.380	1.317	1.467	1.400
Total da remuneração e encargos	8.385	7.963	8.957	8.510

A São Martinho possui um programa de opções virtuais de compra de ações aos diretores da Companhia. Referido programa rege pela liquidação em caixa da diferença positiva entre o valor de mercado no dia anterior ao exercício versus o preço fixado em cada programa.

Em 9 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a outorga de 1.072.712 novas opções, no valor de R\$ 7.015, através do 11º Plano de Opções de Compra de Ações, cujo regulamento segue as características dos demais já existentes na Companhia.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor contábil do passivo nas informações contábeis intermediárias atuais referente ao cálculo do valor justo do Plano de Opções Virtuais é de R\$ 6.207 (R\$ 82 em 31 de março de 2020).

Os saldos dos planos de opções virtuais emitidos e sua movimentação na data das informações contábeis intermediárias atuais estão demonstrados a seguir:

Plano	6º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano	11º Plano	Total
Data de concessão do plano	15/12/2014	14/12/2015	12/12/2016	02/05/2018	10/12/2018	09/12/2019	
Data limite para exercício (i)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	
Quantidade opções virtuais outorgadas	835.725	696.465	727.273	882.074	1.133.513	1.072.712	5.347.762
Quantidade opções virtuais exercidas	(807.951)	(655.515)	(410.383)	(108.066)	-	-	(1.981.915)
Saldo opções virtuais a exercer	27.774	40.950	316.890	774.008	1.133.513	1.072.712	3.365.847
Preço do exercício (R\$)	12,04	15,87	17,70	17,76	19,07	19,38	

As opções virtuais para cada um dos planos poderão ser exercidas após os seus respectivos períodos de carência que, regra geral, observam a seguinte sistemática: 1/3 após 2º ano da outorga, 1/3 após o 3º ano da outorga e 1/3 após o 4º ano da outorga, todas com prazo limite conforme estabelecido em cada plano. Os valores limites aprovados em AGO se referem às opções virtuais a serem outorgadas naquele exercício.

10. Investimentos

O saldo de investimentos da Controladora e Consolidado em outras sociedades é composto como segue:

Empresa	% de participação	Controladora					
		Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Classificados no Investimento							
SM Terras Imobiliárias	100,00%	161.774	159.086	161.774	159.086	2.691	1.339
Bio SM	100,00%	44.217	37.381	44.217	37.381	6.835	8.426
SM Inova	100,00%	27.826	26.870	27.826	26.870	954	408
SM Terras Agrícolas	100,00%	1.155.543	1.144.494	1.155.543	1.144.494	11.050	11.767
SM Logística	100,00%	2.673	2.703	2.673	2.703	(30)	(29)
Bio SC	100,00%	72.879	61.941	108.547	91.688	16.858	13.904
Bioenergética BV	100,00%	1	1	1	1	-	-
Bioenergia SM	100,00%	-	-	-	-	(17)	-
Total classificados no Investimento		1.464.913	1.432.476	1.500.581	1.462.223	38.341	35.815
Empresa	% de participação	Consolidado					
		Patrimônio líquido ajustado da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial	
		30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Classificados no Investimento							
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (i)	5,41%	614.959	601.912	33.297	32.590	956	408
Outros		-	-	1.263	1.278	(15)	-
Total classificados no Investimento		614.959	601.912	34.560	33.868	941	408

- (i) Conforme disciplina o item 16 do CPC 18 (R2), a participação no CTC é contabilizada aplicando o método da equivalência patrimonial, uma vez que a Companhia possui influência significativa sobre a investida.

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as investidas.

11. Imobilizado

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, onde para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem.

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Lavouras de cana-de-açúcar correspondem às plantas portadoras (*bearer plants*) que são exclusivamente utilizadas para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura permanente, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem, em média, oito anos após o seu primeiro corte. Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Outras imobilizações	Total
Saldos em 31 de março de 2019	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	1.190.628	120.764	53.460	3.979.304
Custo total	209.296	490.357	1.775.974	306.422	363.639	565.861	1.190.628	120.764	170.003	5.192.944
Depreciação acumulada	-	(88.525)	(596.114)	-	(134.073)	(278.385)	-	-	(116.543)	(1.213.640)
Valor residual	209.296	401.832	1.179.860	306.422	229.566	287.476	1.190.628	120.764	53.460	3.979.304
Aquisição	5.871	286	7.393	302.757	15.950	59.151	339.388	125.690	6.252	862.738
Integralização de capital em controlada	(119.064)	-	-	-	-	-	-	-	-	(119.064)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(188.814)	-	-	(188.814)
Custo da alienação	-	-	(35)	-	(2.497)	(3.835)	(47)	-	(372)	(6.786)
Transferências entre grupos	-	5.607	58.566	-	1.918	(6.848)	9.771	(71.515)	2.501	-
Depreciação	-	(12.438)	(79.024)	(307.868)	(21.186)	(37.689)	-	-	(10.689)	(468.894)
Saldos em 31 de março de 2020	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Custo total	96.103	496.251	1.841.782	301.311	377.559	617.139	1.350.926	174.939	178.131	5.434.141
Depreciação acumulada	-	(100.964)	(675.022)	-	(153.808)	(318.884)	-	-	(126.979)	(1.375.657)
Valor residual	96.103	395.287	1.166.760	301.311	223.751	298.255	1.350.926	174.939	51.152	4.058.484
Aquisição	-	34	1.132	-	1.623	1.178	66.458	24.894	1.133	96.452
Transferência imobilizado/biológico	-	-	-	-	-	-	(98.155)	-	-	(98.155)
Custo da alienação	-	-	(9)	-	(137)	(300)	-	-	-	(446)
Transferências entre grupos	-	2.491	12.768	-	8.865	(3.796)	12.017	(33.313)	968	-
Depreciação	-	(3.922)	(31.976)	(120.236)	(7.061)	(4.626)	-	-	(3.384)	(171.205)
Saldos em 30 de junho de 2020	96.103	393.890	1.148.675	181.075	227.041	290.711	1.331.246	166.520	49.869	3.885.130
Custo total	96.103	498.776	1.855.661	301.311	387.690	625.381	1.331.246	166.520	180.231	5.442.919
Depreciação acumulada	-	(104.886)	(706.986)	(120.236)	(160.649)	(334.670)	-	-	(130.362)	(1.557.789)
Valor residual	96.103	393.890	1.148.675	181.075	227.041	290.711	1.331.246	166.520	49.869	3.885.130
Valores Residuais :										
Custo histórico	24.816	327.236	943.143	181.075	201.934	251.412	1.331.246	166.520	49.869	3.477.251
Mais-valia	71.287	66.654	205.532	-	25.107	39.299	-	-	-	407.879
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	14%	

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Manutenção entressafra	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Benfeitorias e outras imobilizações	Total
Saldo em 31 de março de 2019	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	1.190.627	120.762	53.466	5.644.660
Custo total	1.812.339	496.594	1.857.960	307.158	363.637	565.861	1.190.627	120.762	170.003	6.884.941
Depreciação acumulada	-	(91.051)	(620.080)	(156)	(134.073)	(278.384)	-	-	(116.537)	(1.240.281)
Valor residual	1.812.339	405.543	1.237.880	307.002	229.564	287.477	1.190.627	120.762	53.466	5.644.660
Aquisição	11.782	286	7.393	303.851	15.950	59.151	339.388	125.690	6.252	869.743
Custo da alienação	(334)	-	(35)	-	(2.497)	(3.835)	(47)	-	(373)	(7.121)
Transferência Estoque para Vendas	(1.782)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.782)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(188.814)	-	-	(188.814)
Transferências entre grupos	-	5.607	58.566	-	1.918	(6.848)	9.771	(71.515)	2.501	-
Depreciação	-	(12.619)	(81.578)	(308.420)	(21.186)	(37.689)	-	-	(10.689)	(472.181)
Saldo em 31 de março de 2020	1.822.005	398.817	1.222.226	302.433	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Custo total	1.822.005	502.487	1.923.767	303.059	377.558	617.139	1.350.925	174.937	178.135	7.250.012
Depreciação acumulada	-	(103.670)	(701.541)	(626)	(153.809)	(318.883)	-	-	(126.978)	(1.405.507)
Valor residual	1.822.005	398.817	1.222.226	302.433	223.749	298.256	1.350.925	174.937	51.157	5.844.505
Aquisição	-	34	1.132	-	1.623	1.178	66.458	24.894	1.132	96.451
Custo da alienação	(4.565)	-	(8)	-	(137)	(300)	-	-	-	(5.010)
Transferência ativo biológico	-	-	-	-	-	-	(98.155)	-	-	(98.155)
Transferências entre grupos	-	2.491	12.768	-	8.865	(3.796)	12.016	(33.313)	969	-
Depreciação	-	(3.974)	(32.931)	(120.588)	(7.061)	(4.626)	-	-	(3.386)	(172.566)
Saldo em 30 de junho de 2020	1.817.440	397.368	1.203.187	181.845	227.039	290.712	1.331.244	166.518	49.872	5.665.225
Custo total	1.817.440	505.012	1.937.647	302.739	387.689	625.382	1.331.244	166.518	180.236	7.253.907
Depreciação acumulada	-	(107.644)	(734.460)	(120.894)	(160.650)	(334.670)	-	-	(130.364)	(1.588.682)
Valor residual	1.817.440	397.368	1.203.187	181.845	227.039	290.712	1.331.244	166.518	49.872	5.665.225
Valores Residuais :										
Custo histórico	165.930	329.768	983.586	181.845	201.933	251.413	1.331.244	166.518	49.872	3.662.109
Mais-valia	1.651.510	67.600	219.601	-	25.106	39.299	-	-	-	2.003.116
Taxas médias ponderadas anuais de depreciação/Transferência ativo biológico	-	3%	5%	100%	7%	9%	14%	-	14%	

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante alocado em “Obras em Andamento” refere-se principalmente a projetos de implantação de tecnologia de transmissão de dados (4G), construção de uma fábrica de levedura hidrolisada, prevenção de combate a incêndio e expansão de armazenamento e expedição de etanol.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da São Martinho, bens do ativo imobilizado no montante consolidado de R\$ 644.130 encontram-se gravados em garantia dos credores, sendo que R\$ 59.934 se referem a imóveis rurais (1.970 hectares de terras).

O Grupo capitalizou encargos financeiros durante o exercício no montante de R\$ 306 (R\$ 418 em 30 de junho de 2019).

12. Intangível

As relações contratuais têm vida útil definida e sua amortização é calculada com base na quantidade colhida de cana-de-açúcar durante o prazo do contrato com o parceiro ou fornecedor.

Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. O ágio é testado anualmente para verificar tais perdas (*impairment*).

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Ágio rentabilidade futura (i)	374.632	374.632	374.633	374.633
Software	38.221	37.492	38.221	37.492
Amortização acumulada	(29.409)	(28.821)	(29.409)	(28.821)
Direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	42.443	42.443	42.443	42.443
Amortização direitos sobre contratos de cana-de-açúcar (ii)	(18.248)	(17.026)	(18.248)	(17.026)
Direitos sobre contratos de energia (iii)	-	-	103.401	103.401
Direitos sobre contratos de energia-amortização (iii)	-	-	(67.217)	(62.315)
Outros ativos	4.570	4.355	16.098	15.882
	412.209	413.075	459.922	465.689

(i) Ágio relativo a combinação de negócios de anos anteriores de empresas incorporadas pela Companhia;

(ii) Refere-se à aquisição de direito sobre contratos de parceria agrícola e fornecimento de cana-de-açúcar;

(iii) Refere-se ao valor justo dos contratos de fornecimento de energia elétrica da Bio SC, vigentes até 2025 (combinação de negócios).

Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01 (IAS 36) – Redução ao Valor recuperável de ativos, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. Os testes anuais de perda no valor recuperável são realizados no final do mês de março. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.

Em 31 de março de 2020, a Companhia realizou a avaliação do valor recuperável dos ativos de longo prazo. A avaliação foi realizada com base em cálculos do valor em uso de cada unidade geradora de caixa. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a unidade geradora de caixa atua.

As principais premissas e estimativas envolvidas são a estimativa dos preços de venda de açúcar e etanol, custos relacionados à energia e outros dados macroeconômicos.

Principais premissas utilizadas pela Companhia (dados de 31 de março de 2020):

Unidades Geradoras de Caixa	Taxa de crescimento médio da Receita Operacional Líquida	Taxa de crescimento nominal para perpetuidade	Taxa de desconto nominal
Unidade produtiva São Martinho e Iracema	4,7%	4,5%	6,6%
Unidade produtiva Santa Cruz	4,9%	4,5%	6,6%

Os efeitos da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) não trouxeram impactos significantes nas estimativas utilizadas na avaliação dos valores recuperáveis.

13. Direito de uso, Arrendamentos a pagar e Parcerias Agrícolas a pagar

a) Arrendamentos

A Companhia, a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2020, adotou o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo foi reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. Adicionalmente, em atenção a Deliberação CVM nº 859, a Companhia declara que não ocorreram alterações e/ou reavaliações em seus contratos de arrendamento em consequência da pandemia COVID-19.

Abaixo, detalhes das mudanças nas políticas contábeis:

b) Arrendamento. Definição IFRS 16 (CPC 06 R2)

A Companhia e suas controladas consideram arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

c) Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada no final de exercício, com base na atualização do Índice Consecana.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

d) Arrendadora

Não houve alteração na forma de contabilização de contratos em que a Companhia figura como arrendadora.

A movimentação do direito de uso durante o período atual foi a seguinte:

Direito de uso	Controladora e Consolidado			
	Veículos	Parceria Agrícola	Arrendamento Agrícola	Total
Saldos em 31 de março de 2020	2.683	1.315.293	401.477	1.719.453
Novos contratos	28.385	57.831	764	86.980
Atualização contratual	-	(10.344)	(8.508)	(18.852)
Baixas	-	(21.936)	(11.743)	(33.679)
Depreciação	(3.865)	(87.655)	(14.532)	(106.052)
Saldos em 30 de junho de 2020	27.203	1.253.189	367.458	1.647.850
Vida útil (anos)	1 a 2	2 a 29	2 a 20	

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação do arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar durante o período atual foi a seguinte:

Arrendamentos e Parcerias agrícolas a pagar	Controladora e Consolidado			
	Saldo do compromisso de arrendamentos	Saldo de adiantamentos efetuados	Ajuste a valor presente	Total
Saldos em 31 de março de 2020	2.663.969	(108.822)	(879.234)	1.675.913
Compensação de adiantamentos	-	2.929	-	2.929
Novos contratos	130.783	-	(43.803)	86.980
Atualização contratual	(30.256)	-	11.404	(18.852)
Baixas	(50.372)	-	12.051	(38.321)
Pagamentos efetuados	(112.341)	-	-	(112.341)
Apropriação encargos financeiros	-	-	47.924	47.924
Saldos em 30 de junho de 2020	2.601.783	(105.893)	(851.658)	1.644.232
Passivo Circulante				276.714
Arrendamentos a pagar				49.987
Parceria Agrícola a pagar				226.727
Passivo não Circulante				1.367.518
Arrendamentos a pagar				359.021
Parceria Agrícola a pagar				1.008.497
				1.644.232

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimento	Controladora e Consolidado
De 1º/07/2021 a 30/06/2022	306.401
De 1º/07/2022 a 30/06/2023	270.538
De 1º/07/2023 a 30/06/2024	248.349
De 1º/07/2024 a 30/06/2025	226.353
De 1º/07/2025 a 30/06/2026	206.126
De 1º/07/2026 a 30/06/2027	166.922
De 1º/07/2027 a 30/06/2028	130.036
A partir de 1º/07/2028	555.921
(-) Ajuste a valor presente	(743.128)
	1.367.518

No quadro abaixo é apresentado o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos:

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	Arrendamento Agrícola	Ajuste a valor presente
Contraprestação do arrendamento	648.916	266.202
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(42.769)	(17.255)
30 de junho de 2020	<u>606.147</u>	<u>248.947</u>

A São Martinho chegou às suas taxas incrementais nominais, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado, para os prazos de seus contratos ajustadas a sua realidade econômica:

Controladora e consolidado	
Vigência dos Contratos	Taxa Incremental
2 anos	7,41%
3 anos	8,08%
4 anos	8,45%
5 anos	8,68%
6 anos	8,73%
7 anos	8,84%
8 anos	9,08%
9 anos	8,80%
10 anos	9,17%
11 anos	9,21%
12 a 30 anos	9,31%

A Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma.

Adicionalmente, em atendimento ao Ofício Circular CVM 02/2019, são apresentadas abaixo as comparações nas rubricas do passivo de arrendamento e parceria agrícola, do direito de uso, da despesa de depreciação e da despesa financeira do período de três meses findo em 30 de junho de 2020 e os períodos futuros utilizando o fluxo de caixa descontado considerando a inflação futura projetada nos fluxos de pagamentos, descontados pelas taxas nominais acima apresentadas:

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	De 1º/07/2020 a 30/06/2021	De 1º/07/2021 a 30/06/2022	De 1º/07/2022 a 30/06/2023	De 1º/07/2023 a 30/06/2024	De 1º/07/2024 a 30/06/2025	De 1º/07/2025 a 30/06/2030	De 1º/07/2030 a 30/06/2035	De 1º/07/2035 a 30/06/2040
Ativo Direito de Uso								
IFRS 16	1.387.158	1.170.852	974.885	799.045	642.282	194.242	26.356	-
Ofício CVM	1.791.091	1.520.106	1.274.352	1.052.061	853.752	263.872	38.505	-
	29,12%	29,83%	30,72%	31,66%	32,92%	35,85%	46,09%	n/a
Passivo Arrendamento e Parceria agrícola								
IFRS 16	1.416.669	1.255.464	1.087.257	924.408	768.717	284.795	44.794	-
Ofício CVM	1.703.328	1.451.186	1.220.673	1.009.971	820.804	312.613	55.967	-
	20,23%	15,59%	12,27%	9,26%	6,78%	9,77%	24,94%	n/a
Despesa com Depreciação								
IFRS 16	(233.489)	(216.306)	(195.967)	(175.839)	(156.763)	(448.040)	(167.886)	(26.355)
Ofício CVM	(286.973)	(270.985)	(245.754)	(222.291)	(198.308)	(589.880)	(225.368)	(38.505)
	22,91%	25,28%	25,41%	26,42%	26,50%	31,66%	34,24%	46,10%
Despesa Financeira								
IFRS 16	(45.513)	(125.543)	(101.007)	(86.138)	(72.736)	(229.963)	(70.062)	(9.259)
Ofício CVM	(112.875)	(112.182)	(110.230)	(107.185)	(102.896)	(444.701)	(175.770)	(28.296)
	148,01%	-10,64%	9,13%	24,43%	41,46%	93,38%	150,88%	205,61%

	IFRS 16 (CPC 06)	Ofício CVM
Despesa com Depreciação	(1.620.646)	(2.078.064)
Despesa Financeira	(740.221)	(1.194.135)
	(2.360.867)	(3.272.199)

14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são nos respectivos vencimentos, demonstrados pelo valor amortizado.

Modalidade	Encargos anuais vigentes		Controladora e consolidado	
	Taxa	Indexador	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Em moeda nacional				
Nota de Crédito a Exportação (NCE)	105,50%	CDI	30.374	131.780
Linhas do BNDES	2,23%	+TJLP	157.804	162.873
Linhas do BNDES	3,22%	-	151.846	160.039
Crédito rural	6,63%	-	-	278.497
FINEP	4,00%	-	79.359	84.433
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,06%	CDI	1.434.820	1.474.171
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (a) (ii)	4,88%	+IPCA	440.387	448.743
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRE	1.515	8.389
Leasing	5,98%	PRÉ	311	-
Total em moeda nacional	111,27%	CDI	2.296.416	2.748.925
Em moeda estrangeira				
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	4,15%	Var. cambial	1.102.163	1.050.150
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,67%	Libor 6M	549.495	394.865
International Finance Corporation (IFC)	1,70%	Libor 6M	494.336	474.334
Nota de Crédito a Exportação (NCE) (iii)	2,27%	Var. cambial	137.780	130.057
FINEM	2,73%	Cesta Moedas	15.446	16.111
Total em moeda estrangeira	4,21%		2.299.220	2.065.517
TOTAL (i)			4.595.636	4.814.442
Circulante			697.575	591.024
Não Circulante			3.898.061	4.223.418

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na informação contábil intermediária atual.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) 51% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está indexado a 121,87% DI via contrato de SWAP.

(iii) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+1,40% a.a. via contrato de SWAP.

Na tabela a seguir, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e financiamentos no período:

Movimentação da dívida	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Saldo anterior	4.814.442	4.452.600
Captação de financiamentos	143.481	416.087
Amortização de principal	(377.519)	(140.593)
Amortização de juros	(135.117)	(62.427)
Atualização monetária	47.539	71.799
Variação cambial	102.810	(23.806)
	4.595.636	4.713.660

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Controladora e Consolidado	Vencimento
De 1º/07/2021 a 30/06/2022	677.941
De 1º/07/2022 a 30/06/2023	1.043.942
De 1º/07/2023 a 30/06/2024	451.363
De 1º/07/2024 a 30/06/2025	1.070.652
De 1º/07/2025 a 30/06/2026	579.496
De 1º/07/2026 a 30/06/2027	21.011
De 1º/07/2027 a 30/06/2028	20.589
A partir de 1º/07/2028	33.067
	3.898.061

Nas demonstrações financeiras atuais R\$ 644.130 da dívida da São Martinho está onerada, sendo 91% equipamentos, edificações e edifícios, aproximadamente 9% terras e menos de 1% recebíveis de comercialização de energia elétrica e aval corporativo.

Na data das informações contábeis intermediárias, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia é próximo do valor justo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimos de 4,4% (4,7% em 31 de março de 2020) e estão no nível 2 da hierarquia do valor justo.

Covenants

A Companhia possui contratos com cláusulas financeiras restritivas no montante de R\$ 2.167.038, as quais são exigidas e apuradas anualmente, estando em conformidade nas informações contábeis intermediárias atuais.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	31 de março de 2020	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Cana-de-açúcar	159.932	74.749	149.443	69.158
Materiais, serviços e outros	115.119	102.099	118.624	105.366
	275.051	176.848	268.067	174.524

Do total a pagar para fornecedores, R\$ 11.002 na Controladora e R\$ 191 no Consolidado (em 31 de março de 2020 - R\$ 6.204 na Controladora e R\$ 355 no Consolidado) refere-se a partes relacionadas, conforme detalhado na nota 9.

16. Obrigações e Direitos com a Copersucar

No processo de desligamento da Copersucar, a Companhia celebrou um contrato prevendo direitos e obrigações que ainda perduram. As principais obrigações e direitos seguem reportados abaixo:

a) Obrigações:

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação da Companhia, para financiamento de suas operações, mediante Letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa referente a sobras de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão da exigibilidade de tributos. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda dos processos judiciais, a Companhia poderá ser requerida a devolver o valor em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa e de passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	52.511	53.456
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	71.276	71.077
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	52.356	52.356
Despesas com processos tributários	10.892	10.892
Outros	2.300	2.300
Total	189.335	190.081
Passivo circulante	10.892	10.892
Não circulante	178.443	179.189

A totalidade das obrigações da Companhia com a Copersucar está garantida por fianças bancárias. Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia é responsável pelo pagamento de obrigações, proporcionalmente à sua participação em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia era cooperada.

A Copersucar possui autuações com relação a ICMS incidente sobre as vendas de etanol carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, cuja parcela atribuída a Companhia seria de aproximadamente R\$ 260 milhões. A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas em tais autuações e seus consultores jurídicos avaliam referidas causas como de risco de perda possível.

b) Direitos:

A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos.

Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980.

Nele foi expedido em junho de 2017 o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia).

Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia).

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão).

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito.

A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa". Conforme previsto no Contrato de Compra e Venda das ações da Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool ("USC"), a Companhia repassou para Luiz Ometto Participações S.A., o montante total de R\$ 27.432.

Após o repasse e as retenções das despesas processuais e dos tributos em discussão, o saldo de R\$ 349.056 foi registrado em "outras despesas (receitas), líquidas". O restante desse crédito continua classificado pela Administração da Companhia como provável, mas não praticamente certo, razão pela qual segue não registrado.

17. Aquisição e alienação de participação societária – valores a pagar e receber

O saldo a pagar líquido refere-se à aquisição e alienação de participação societária e está composto como segue:

Controladora e Consolidado	Aquisição	Alienação	Saldo Líquido
	Santa Cruz	Agro Pecuária Boa Vista	
Saldo em 31 de março de 2020	(125.043)	98.109	(26.934)
Atualização monetária	(922)	724	(198)
Amortização de juros	998	(783)	215
Saldo em 30 de junho de 2020	(124.967)	98.050	(26.917)
		Passivo circulante	(11.647)
		Passivo não circulante	(15.270)
			(26.917)

Os valores são corrigidos pelo CDI, sendo pagos anualmente. O Cronograma de vencimento está detalhado na tabela abaixo:

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencimentos	(Aquisição) / Alienação
De 1º/07/2021 a 30/06/2022	(11.620)
De 1º/07/2022 a 30/06/2023	(11.620)
De 1º/07/2023 a 30/06/2024	(11.620)
De 1º/07/2024 a 30/06/2025	19.590
	(15.270)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Na informação contábil intermediária atual e em 31 de março de 2020, o capital social é de R\$ 1.696.652 e está dividido em 354.011.329 ações (364.011.329 ações em 31 de março de 2020) ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 372.000.000 (trezentos e setenta e dois milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2020, os acionistas aprovaram um aumento de capital no montante de R\$ 375.167, mediante a capitalização da Reserva de Capital de R\$ 9.418 e da Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 365.749.

b) Ações em tesouraria

Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, são reconhecidos ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

Em 24 de junho de 2019, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração o cancelamento de 10 milhões de ações em tesouraria.

Durante o período das informações contábeis intermediárias, não houveram movimentações de ações em tesouraria, permanecendo o saldo de 7.267.063 ações.

c) Ajustes de avaliação patrimonial

(i) Deemed cost

Corresponde a mais valia de custo atribuído de terras, edificações e dependências, equipamentos e instalações industriais, veículos e máquinas e implementos agrícolas. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica “Lucros acumulados”.

(ii) Valor justo de hedge accounting

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

d) Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva para orçamento de capital

A reserva para orçamento de capital está destinada aos investimentos na ampliação da capacidade produtiva e em diversos projetos de aperfeiçoamento de processos.

Reserva de lucros a realizar

Refere-se a resultados não realizados, sendo composta da venda da participação detida na Agro Pecuária Boa Vista S/A, venda de imóveis decorrentes de empreendimentos imobiliários e resultado de ganho por mudança de participação acionária.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual com vigência até 2033, junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado “Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir”, com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as

obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de “Deduções da receita bruta”, reduzindo a conta “ICMS a recolher”. Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção.

O valor do incentivo que impactou o resultado nas demonstrações financeiras atuais foi de R\$ 17.629, na Controladora e Consolidado (R\$ 22.715 em 30 de junho de 2019).

e) Reserva de capital

Refere-se a avaliação a valor de mercado das ações da Companhia emitidas no momento da troca de ações com os acionistas não controladores.

f) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2020, os acionistas ratificaram o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 12.936, conforme proposto pela administração no exercício encerrado em 31 de março de 2020.

19. Programa de participação nos lucros e resultados

A Companhia tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação no período atual e em 30 de junho de 2019, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi na Controladora de R\$ 13.205 e R\$ 12.139 (Consolidado – R\$ 13.219 e R\$ 12.145), respectivamente.

20. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos na sua adoção.

a) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora	31 de março de 2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	30 de junho de 2020
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	38.137	(15.637)	-	22.500
Instrumentos financeiros derivativos	305.040	(3.881)	35.944	337.103
Provisão para contingências	53.629	5.924	-	59.553
PIS/COFINS sobre IAA	4.735	-	-	4.735
Ativos biológicos e produto agrícola (valor justo)	45.745	(3.753)	-	41.992
Variação cambial	25.344	(2.855)	-	22.489
Arrendamentos e parcerias agrícolas	12.299	(107)	-	12.192
Outros ativos	4.806	(1.020)	-	3.786
Total do IR e CS ativo	489.735	(21.329)	35.944	504.350
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(142.805)	3.936	-	(138.869)
Depreciação acelerada incentivada	(346.415)	841	-	(345.574)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(180.409)	(4.387)	-	(184.796)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(19.704)	1.642	-	(18.062)
Alienação de investimento com tributação diferida	(13.552)	-	-	(13.552)
Financiamentos securitizados	(1.070)	1.369	-	299
Total do IR e CS passivo	(703.955)	3.401	-	(700.554)
Saldo do IR e CS Diferidos	(214.220)	(17.928)	35.944	(196.204)

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	31 de março de 2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Ajuste consolidação Direitos sobre contratos energia	30 de junho de 2020
Prejuízos fiscais/Base negativa de CSLL	38.136	(15.637)	-	-	22.499
Instrumentos financeiros derivativos	305.041	(3.881)	35.944	-	337.104
Provisão para contingências	47.944	(629)	-	-	47.315
PIS/COFINS sobre IAA	4.735	-	-	-	4.735
Ativos biológicos e produto agrícola (valor justo)	45.747	(3.753)	-	-	41.994
Provisão para outras obrigações	6.174	6.553	-	-	12.727
Variação cambial	25.344	(2.855)	-	-	22.489
Arrendamento e parceria agrícola	12.299	(107)	-	-	12.192
Outros ativos	4.161	(625)	-	-	3.536
Total do IR e CS ativo	489.581	(20.934)	35.944	-	504.591
Mais-valia de ativo imobilizado (deemed cost)	(653.728)	4.035	-	-	(649.693)
Depreciação acelerada incentivada	(346.415)	841	-	-	(345.574)
Benefício fiscal sobre ágio incorporado	(180.409)	(4.387)	-	-	(184.796)
Ganho por compra vantajosa / mais-valia PPA	(19.704)	1.642	-	-	(18.062)
Alienação de investimento com tributação diferida	(13.552)	-	-	-	(13.552)
Financiamentos securitizados	(1.070)	1.369	-	-	299
Ajuste a valor presente	1	(1)	-	-	-
Ativo Intangível	(15.323)	-	-	1.688	(13.635)
Ganho por mudança de participação relativa CTC	(5.068)	-	-	-	(5.068)
Total do IR e CS passivo	(1.235.268)	3.499	-	1.688	(1.230.081)
Saldo do IR e CS Diferidos	(745.687)	(17.435)	35.944	1.688	(725.490)
Outros tributos Diferidos	(539)	-	-	-	(539)

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço, por cada entidade legal, por haver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, e por ser relacionado a mesma autoridade fiscal.

A São Martinho reconhece os créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes. Esta projeção é revisada anualmente e não ultrapassa dez anos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são realizados, substancialmente, em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos, exceto pelos tributos diferidos passivos sobre mais-valia de terras, que serão realizados se alienados.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	30 de Junho de 2020	30 de Junho de 2019	30 de Junho de 2020	30 de Junho de 2019
Lucro antes dos impostos	146.727	66.518	148.702	68.885
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(49.887)	(22.616)	(50.559)	(23.421)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
. Equivalência patrimonial	13.036	12.177	320	139
. Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(460)	(330)	(460)	(330)
. Subvenção estadual	5.994	7.723	5.994	7.723
. Incentivos Fiscais	278	-	278	-
. Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido	-	-	11.413	10.476
. Lançamentos extemporâneos de IRPJ e CSLL	6	27.991	6	27.991
. Outros	12	-	12	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(31.021)	24.945	(32.996)	22.578
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	21,1%	-37,5%	22,2%	-32,8%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.093)	27.991	(15.561)	25.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(17.928)	(3.046)	(17.435)	(2.635)

21. Compromissos

A São Martinho estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque na presente informação contábil:

Matas ciliares e áreas destinadas à Reserva Legal

As áreas não cultivadas da São Martinho, que são cobertas por vegetação nativa preservada, estão em processo de regeneração ou enriquecimento, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades agrícolas.

O compromisso da São Martinho com as melhores práticas ambientais e atuação sustentável se materializa em seu respeito integral ao Código Florestal e demais legislações ambientais referentes as Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). A Companhia inscreveu todos seus imóveis junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), aderiu ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e aguarda regulamentação legal para sua implantação.

Os investimentos em áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e demais atividades para regularização ambiental são registrados no ativo imobilizado.

Compromisso de venda

Na data das informações contábeis intermediárias, a São Martinho tem o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica, conforme quadro abaixo:

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Até um ano	de dois a três anos	Acima de três anos
Etanol (m³)	629.600	155.246	720.000
Açúcar (tons)	1.385.588	314.372	-
Energia (Mwh)	567.920	1.135.840	2.832.200

Compras de insumos

A Companhia constantemente celebra contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de utilização na manutenção de sua lavoura ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

22. Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando a São Martinho tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada decorrente de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação com uma estimativa confiável do valor. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa na data das demonstrações financeiras.

22.1 Perdas prováveis

A São Martinho, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantém as seguintes provisões para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2020	14.958	27.583	57.252	99.793	270.872
Adições	7	25	6.130	6.162	1.742
Reversões	(75)	(1.934)	(1.317)	(3.326)	-
Utilizações	(7)	(6)	(2.210)	(2.223)	(1.158)
Atualizações	47	(3.923)	1.412	(2.464)	266
Saldo em 30 de junho de 2020	14.930	21.745	61.267	97.942	271.722

	Consolidado				
	Tributários	Cíveis e ambientais	Trabalhistas	TOTAL	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de março de 2020	14.958	28.073	57.252	100.283	271.060
Adições	19	25	6.130	6.174	1.742
Reversões	(75)	(1.934)	(1.316)	(3.325)	-
Utilizações	(19)	(6)	(2.211)	(2.236)	(1.167)
Atualizações	47	(3.916)	1.412	(2.457)	266
Saldo em 30 de junho de 2020	14.930	22.242	61.267	98.439	271.901

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Adicionalmente, sobre as adições do exercício, vide Nota 16 (b).

Na data das informações contábeis intermediárias, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (i) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; e (ii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenizações em geral; (ii) sanções administrativas ambientais decorrentes de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, cuja validade está sendo questionada judicialmente, para os quais foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (iii) honorários de êxito a serem pagos aos advogados contratados para defesa nos respectivos processos.

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) diferenças de horas extras; (ii) supressão do intervalo intrajornada; (iii) adicionais de periculosidade e insalubridade; (iv) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa.

22.2 Perdas possíveis

A São Martinho é parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados, o risco de perda é classificado como possível. A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Natureza		Controladora				Consolidado			
		30 de junho de 2020		31 de março de 2020		30 de junho de 2020		31 de março de 2020	
		Nº de processos	Montante						
Ambientais		96	7.986	91	6.120	96	7.986	91	6.120
Cíveis									
Indenizatórias		53	22.956	51	28.353	53	22.956	53	28.787
Revisão de contratos		10	1.362	11	2.472	11	1.383	12	2.493
Outros processos		13	15.192	13	15.187	17	15.268	16	15.260
Trabalhistas		44	4.007	36	3.246	44	4.007	36	3.246
Tributários									
Contribuição previdenciária	(i)	16	229.584	16	227.621	16	229.584	16	227.621
Apuração de IRPJ/CSLL	(ii)	5	258.055	5	292.703	5	258.055	5	292.703
Compensação de Tributos Federais	(iii)	83	127.927	76	110.047	85	131.912	77	114.032
ICMS	(iv)	14	55.985	13	36.399	14	55.985	13	36.399
Tributos Federais	(v)	1	242.188	1	242.188	1	242.188	1	242.188
Outros processos	(vi)	23	503.935	21	473.442	28	517.355	26	486.861
TOTAL		358	1.469.177	334	1.437.778	370	1.486.679	346	1.455.710

Processos tributários:

- (i) Os processos tratam da incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre as receitas de exportação, sob a alegação de que a exportação realizada por intermédio de cooperativa não está abrangida pela imunidade prevista no artigo 149, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- (ii) Os processos tratam da exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL de despesas relacionadas com financiamento securitizados, bem como despesas decorrentes da depreciação acelerada incentivada, conforme previsto no art. 325 do RIR/2018.
- (iii) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e outros tributos federais decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo e créditos proporcionais à receita de exportação cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento.
- (iv) Os processos tratam de suposto crédito indevido de ICMS, oriundos do Registro de Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP.
- (v) O processo trata da incidência dos tributos IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre indenização (precatórios) recebida no contexto da Ação de Preço do IAA, conforme mencionado na Nota 16.
- (vi) Os processos tratam de outras discussões tributárias como: (a) Ação Civil Pública discutindo a legalidade dos decretos do Estado de Goiás que concederam crédito outorgado de ICMS no âmbito do Programa PRODUZIR; (b) autos de infração referente à multa pela não homologação de compensação; (c) contribuição para o SENAI; (d) taxa do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM; (e) incidência de ITBI em operação societária de incorporação e (f) execuções fiscais de IPTU.

Outras naturezas:

Os processos cíveis tratam de ações indenizatórias em geral decorrentes de (i) acidentes de trânsito e (ii) revisão de contratos.

Os processos ambientais tratam de autos de infração da CETESB e/ou polícia ambiental decorrente de incêndio em área de cultivo de cana-de-açúcar, bem como ações anulatórias para cancelar as multas aplicadas pelos órgãos mencionados anteriormente.

Os processos trabalhistas têm como principal motivo os Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e/ou Anulatórias para cancelar estes mencionados autos.

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e

risco de liquidez. A administração da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos.

23.1 Riscos de Mercado

a) Risco Cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e swaps. A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações financeiras atuais:

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	30 de junho de 2020	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	234.320	42.795
Contas a receber de clientes	135.106	24.675
Instrumentos financeiros derivativos	133.359	24.356
Total dos ativos	502.785	91.826
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	2.299.220	419.872
Instrumentos financeiros derivativos	387.755	70.810
Total dos passivos	2.686.975	490.682
Sub-total ativo (passivo)	(2.184.190)	(398.856)
(-) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	2.299.220	419.872
Exposição líquida ativa	115.030	21.016

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de hedge da Companhia.

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas atuais informações contábeis intermediárias à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,4754 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 5,4760 por US\$ 1,00 para os passivos.

b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de commodities em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A São Martinho segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, swaps podem ser contratados para mitigar as possíveis flutuações na taxa de juros (*Libor*).

d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta. Referida análise considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Fator de risco	Impactos no resultado		
		Cenários prováveis 5%	Cenários possíveis 25%	Cenários possíveis 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(11.718)	(58.592)	(117.184)
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(6.756)	(33.780)	(67.561)
Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(371)	(1.855)	(3.710)
Instrumentos financeiros derivativos				
Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(1.152)	(5.760)	(11.519)
Preço futuro (açúcar e etanol)	Alta na preço futuro de commodities	(21)	(104)	(208)
Contratos de swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e alta na curva de juros	(1.119)	(2.807)	(5.641)
Exposição líquida		(21.137)	(102.898)	(205.823)

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 5bps, 25bps e 50bps (*basis points*) na curva de precificação do derivativo. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do DI.

e) Instrumentos financeiros

A São Martinho optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira - dólar americano b) dívidas em moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas das safras 2020/2021 a 2025/2026, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - Intercontinental Exchange (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha mediante contratos de balcão ou diretamente com nossos clientes.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções, Swaps e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha.

Nas informações contábeis intermediárias atuais e em 31 de março de 2020, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e seus devidos vencimentos, estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	30 de junho de 2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Depósito de margem				16.663
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	268.287	13,22	428.182	33.387
. Compromisso de compra	78.541	11,13	105.533	9.985
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de compra	600	4.460	2.676	-
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	7.925	13,28	12.706	1.150
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	2.607	4,49	11.705	2.510
. Compromisso de venda	21.124	5,48	115.760	790
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	134.576	13,91	225.991	30.088
Contratos de Swap - Juros - Balcão				4.156
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				98.729
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	27.382	11,98	39.602	209
. Compromisso de compra	14.275	11,38	19.612	940
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	15.489	5,57	86.274	309
Contratos de Swap - Juros - Balcão				33.172
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				34.630

Controladora e Consolidado	30 de junho de 2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No passivo circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	72.495	11,46	100.297	5.907
. Compromisso de compra	206.715	14,48	361.358	57.157
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	1.500	1.890	2.835	42
. Compromisso de compra	600	1.530	918	8
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	228.846	4,44	1.016.076	231.083
. Compromisso de compra	6.000	5,46	32.760	69
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	134.576	15,34	249.224	3.561
Contratos de Swap - Juros - Balcão				21.565
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				319.392
<u>No passivo não circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	37.035	11,72	52.401	907
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	23.938	5,44	130.299	2.089
Contratos de Swap - Juros - Balcão				65.367
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				68.363

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora e Consolidado	31 de março de 2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No ativo circulante - Ganho</u>				
Depósito de margem				43.596
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	483.334	13,02	721.252	124.016
. Compromisso de compra	3.607	11,08	4.581	32
Contratos futuros de mercadoria - Etanol				
. Compromisso de venda	1.200	1.645	1.974	-
Contratos a termo de mercadoria - Sugar #11				
. Compromisso de venda	15.546	13,11	23.359	4.310
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de compra	2.607	4,49	11.705	1.985
Contratos de Opções de Mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Posição titular de opções de venda (Puts)	134.576	13,91	214.547	45.344
Contratos de Swap - Juros - Balcão				5.352
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante				224.635
<u>No ativo não circulante - Ganho</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de venda	10.160	14,44	16.815	3.612
. Compromisso de compra	762	11,29	986	4
Contratos de Swap - Juros - Balcão				25.361
Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo não circulante				28.977

Controladora e Consolidado	31 de março de 2020			
	Valor/ Volume contratado	Preço/taxa média	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$
<u>No passivo circulante - Perda</u>				
Contratos futuros de mercadoria - Sugar #11 - Bolsa				
. Compromisso de compra	434.767	13,99	697.112	161.629
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	283.168	4,43	1.254.434	226.984
Contratos de Opções Flexíveis - Dólar - Balcão				
. Posição lançadora de opções de compra (Calls)	134.576	15,34	236.604	3.567
Contratos de Swap - Juros - Balcão				14.293
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante				406.473
<u>No passivo não circulante - Perda</u>				
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão				
. Compromisso de venda	7.697	4,53	34.871	5.891
Contratos de Swap - Juros - Balcão				73.131
Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo não circulante				79.022

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais e de variação estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações financeiras atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Outros Resultados Abrangentes
Instrumentos financeiros:			
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	81.247	101.547	(20.300)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	463	207.055	(206.592)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	-	713.903	(713.903)
	81.710	1.022.505	(940.795)
Tributos diferidos sobre os itens acima	(27.781)	(347.652)	319.871
	53.929	674.853	(620.924)

f) Estimativa de realização

Nas informações contábeis intermediárias atuais, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Controladora e consolidado	Safra 20/21	Safras 21/22	Safras 22/23 e 23/24	Safras 24/25 à 25/26	TOTAL
Instrumentos financeiros derivativos:					
Derivativos de mercadorias - Futuro, opções e contratos a termo	(23.035)	2.735	-	-	(20.300)
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	(197.247)	(9.345)	-	-	(206.592)
Variação cambial de contratos de financiamentos (Trade Finance)	(1.829)	(144.718)	(292.634)	(274.722)	(713.903)
	(222.111)	(151.328)	(292.634)	(274.722)	(940.795)
Tributos diferidos sobre os itens acima	75.518	51.452	99.496	93.405	319.871
	(146.593)	(99.876)	(193.138)	(181.317)	(620.924)

23.2 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da São Martinho que controla mensalmente sua exposição em derivativos e aplicações financeiras, mediante critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes, a São Martinho avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3 Risco de liquidez

O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e à dívida de curto prazo.

O excesso de caixa em moeda nacional é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos privados, CDBs e fundos de investimentos, indexados pela variação do CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado.

Já o excesso de caixa internacional é aplicado com liquidez diária a taxas fixas previamente estabelecidas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, com base no fluxo de pagamentos futuros não descontados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 30 de junho de 2020				
Empréstimos e financiamentos	186.927	2.030.030	3.141.993	5.358.950
Arrendamentos a pagar	57.257	56.561	540.886	654.704
Parceria agrícola a pagar	277.148	491.829	1.142.311	1.911.288
Instrumentos financeiros derivativos	319.392	68.363	-	387.755
Fornecedores	275.051	-	-	275.051
Aquisição de participação societária	12.345	24.006	(9.851)	26.500
Outros passivos	14.480	-	5.614	20.094
	1.142.600	2.670.789	4.820.953	8.634.342
Em 31 de março de 2020				
Empréstimos e financiamentos	695.444	2.125.151	2.949.233	5.769.828
Arrendamentos a pagar	66.110	119.929	517.511	703.550
Parceria agrícola a pagar	281.961	507.585	1.173.327	1.962.873
Instrumentos financeiros derivativos	406.473	79.022	-	485.495
Fornecedores	176.848	-	-	176.848
Aquisição de participação societária	12.687	12.283	1.872	26.842
Outros passivos	10.310	-	5.596	15.906
	1.649.833	2.843.970	4.647.539	9.141.342

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Acima de três anos	Total
Em 30 de junho de 2020				
Empréstimos e financiamentos	186.927	2.030.030	3.141.993	5.358.950
Arrendamentos a pagar	57.257	56.561	540.886	654.704
Parceria agrícola a pagar	277.148	491.829	1.142.311	1.911.288
Instrumentos financeiros derivativos	319.392	68.363	-	387.755
Fornecedores	268.067	-	-	268.067
Aquisição de participação societária	12.345	24.006	(9.851)	26.500
Outros passivos	19.272	-	5.586	24.858
	1.140.408	2.670.789	4.820.925	8.632.122
Em 31 de março de 2020				
Empréstimos e financiamentos	695.444	2.125.151	2.949.233	5.769.828
Arrendamentos a pagar	66.110	119.929	517.511	703.550
Parceria agrícola a pagar	281.961	507.585	1.173.327	1.962.873
Instrumentos financeiros derivativos	406.473	79.022	-	485.495
Fornecedores	174.524	-	-	174.524
Aquisição de participação societária	12.687	12.283	1.872	26.842
Outros passivos	18.527	-	5.586	24.113
	1.655.726	2.843.970	4.647.529	9.147.225

23.4 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das SA's permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

24. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

24.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	
	Classificação	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	234.452	91.998
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.342.920	1.810.651
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	223.832	125.531
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	96.031	222.899
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	37.328	30.713
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	271.722	270.872
Partes relacionadas	Custo Amortizado	255	255
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	61.215	60.826
		2.267.755	2.613.745
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.826	8.389
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.593.810	4.806.053
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	300.823	398.071
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	86.932	87.424
Arrendamento e Parcerias Agrícolas a pagar	Custo Amortizado	1.644.232	1.675.913
Fornecedores	Custo Amortizado	275.051	176.848
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	26.917	26.934
Outros passivos	Custo Amortizado	20.094	15.906
		6.949.685	7.195.538

		Consolidado	
	Classificação	30 de junho de 2020	31 de março de 2020
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo Amortizado	236.859	92.066
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1.443.830	1.869.998
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	300.985	193.021
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	96.031	222.899
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	37.328	30.713
Depósitos Judiciais	Custo Amortizado	271.901	271.060
Outros ativos, exceto pagamentos antecipados	Custo Amortizado	61.256	60.879
		2.448.190	2.740.636
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.826	8.389
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	4.593.810	4.806.053
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	300.823	398.071
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	86.932	87.424
Fornecedores	Custo Amortizado	268.067	174.524
Arrendamento e Parcerias Agrícolas a pagar	Custo Amortizado	1.644.232	1.675.913
Aquisição de participações societárias	Custo Amortizado	26.917	26.934
Outros passivos	Custo Amortizado	24.858	24.113
		6.947.465	7.201.421

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Não há históricos de inadimplências relevantes na Companhia.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas informações contábeis intermediárias atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Controladora	30 de junho de 2020			31 de março de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.342.920	-	-	1.810.651	-
Instrumentos financeiros derivativos	75.759	57.600	-	173.008	80.604	-
Ativos biológicos	-	-	689.676	-	-	713.547
	75.759	1.400.520	689.676	173.008	1.891.255	713.547
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	64.021	323.734	-	161.629	323.866	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.826	-	-	8.389	-
	64.021	325.560	-	161.629	332.255	-

Consolidado	30 de junho de 2020			31 de março de 2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	-	1.443.830	-	-	1.869.998	-
Instrumentos financeiros derivativos	75.759	57.600	-	173.008	80.604	-
Ativos biológicos	-	-	689.676	-	-	713.547
	75.759	1.501.430	689.676	173.008	1.950.602	713.547
Passivo						
Instrumentos financeiros derivativos	64.021	323.734	-	161.629	323.866	-
Empréstimos e financiamentos	-	1.826	-	-	8.389	-
	64.021	325.560	-	161.629	332.255	-

Futuros e Opções na ICE

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos

credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

Opções de câmbio

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o modelo “Garman & Kohlhagen”, utilizando dados públicos de mercado e características das mesmas, especificamente o preço do ativo-objeto, o strike das opções, a volatilidade, a curva de juros e o tempo remanescente até o vencimento dos contratos.

Contratos a termo

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por fluxo de caixa descontado baseado em dados de mercado observáveis, especificamente as curvas de juros DI, Libor e cupom cambial publicadas pela BM&F, a PTAX 800 publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar divulgados pela Ice Futures na bolsa ICE.

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

26. Informação por segmento (consolidado)

A administração definiu os segmentos operacionais da São Martinho, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o Conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela São Martinho, compondo os seguintes segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol;
- (iii) Energia elétrica;
- (iv) Empreendimentos imobiliários;
- (v) Levedura; e
- (vi) Outros produtos e subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado consolidado por segmento

30 de junho de 2020								
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	41.442	340.845	69.848	1.011	11.976	13.343	-	478.465
Mercado externo	626.803	72.394	-	-	-	-	-	699.197
Resultado com derivativos	(89.220)	(1.807)	-	-	-	-	-	(91.027)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(3.236)	(3.236)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(2.319)	(50.828)	(5.360)	(169)	(1.455)	(2.248)	-	(62.379)
Receita Líquida	576.706	360.604	64.488	842	10.521	11.095	(3.236)	1.021.020
Custo dos produtos vendidos	(377.143)	(312.669)	(14.104)	(67)	(2.970)	(5.315)	-	(712.268)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	-	11.039	11.039
Lucro bruto	199.563	47.935	50.384	775	7.551	5.780	7.803	319.791
Margem bruta	34,60%	13,29%	78,13%	92,04%	71,77%	52,10%	-	31,32%
Despesas com vendas	(37.106)	(5.147)	(3.040)	-	-	-	-	(45.293)
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	(52.943)	(52.943)
Lucro operacional	162.457	42.788	47.344	775	7.551	5.780	(45.140)	221.555
Margem Operacional	28,17%	11,87%	73,42%	92,04%	71,77%	52,10%	-	21,70%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(105.849)	(105.849)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	115.706

30 de junho de 2019								
Consolidado	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Levedura	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita Bruta								
Mercado interno	32.124	414.619	73.584	699	7.309	20.496	-	548.831
Mercado externo	224.702	56.269	-	-	-	-	-	280.971
Resultado com derivativos	1.432	(2.484)	-	-	-	-	-	(1.052)
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(2.763)	(2.763)
(-) Impostos, contr. e deduções sobre vendas	(1.983)	(61.953)	(6.023)	(224)	(908)	(3.167)	-	(74.258)
Receita Líquida	256.275	406.451	67.561	475	6.401	17.329	(2.763)	751.729
Custo dos produtos vendidos	(207.474)	(322.998)	(14.436)	(38)	(2.681)	(14.678)	-	(562.305)
Variação do valor de mercado do ativo biológico	-	-	-	-	-	-	9.274	9.274
Lucro bruto	48.801	83.453	53.125	437	3.720	2.651	6.511	198.698
Margem bruta	19,04%	20,53%	78,63%	92,00%	58,12%	15,30%	-	26,43%
Despesas com vendas	(17.455)	(5.377)	(2.640)	-	-	-	-	(25.472)
Demais despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	(40.825)	(40.825)
Lucro operacional	31.346	78.076	50.485	437	3.720	2.651	(34.314)	132.401
Margem Operacional	12,23%	19,21%	74,73%	92,00%	58,12%	15,30%	-	17,61%
Outras despesas e receitas não segmentadas	-	-	-	-	-	-	(40.938)	(40.938)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	91.463

Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da São Martinho foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um exercício para outro.

30 de junho de 2020							
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	122.504	47.966	80.161	42.593	4.243	3.518	300.985
Estoques e adiantamento a fornecedores	286.731	500.611	-	8.220	1.555	4.932	802.049
Ativos biológicos	304.860	384.816	-	-	-	-	689.676
Imobilizado	2.701.074	2.824.934	128.820	-	7.194	3.203	5.665.225
Intangível	249.288	174.450	36.184	-	-	-	459.922
Direito de uso	790.343	857.507	-	-	-	-	1.647.850
Total de ativos alocados	4.454.800	4.790.284	245.165	50.813	12.992	11.653	9.565.707
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	2.354.514	2.354.514
Total	4.454.800	4.790.284	245.165	50.813	12.992	2.366.167	11.920.221

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de março de 2020							
	Açúcar	Etanol	Energia Elétrica	Empreendimentos Imobiliários	Levedura	Não segmentado	Total
Contas a receber de clientes	17.277	70.340	56.885	42.941	2.345	3.233	193.021
Estoques e adiantamento a fornecedores	154.786	245.954	-	8.287	1	7.065	416.093
Ativos biológicos	246.388	467.159	-	-	-	-	713.547
Imobilizado	2.302.517	3.384.846	148.538	-	5.300	3.304	5.844.505
Intangível	248.545	176.057	41.087	-	-	-	465.689
Direito de uso	685.740	1.033.713	-	-	-	-	1.719.453
Total de ativos alocados	3.655.253	5.378.069	246.510	51.228	7.646	13.602	9.352.308
Demais ativos não alocáveis	-	-	-	-	-	2.761.218	2.761.218
Total	3.655.253	5.378.069	246.510	51.228	7.646	2.774.820	12.113.526

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

27. Receitas

A São Martinho reconhece o montante das suas receitas refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle dos bens e serviços.

Não existem perdas estimadas em relação às vendas no mercado sucroalcooleiro e outros produtos derivados, uma vez que todas as obrigações de desempenho são concluídas no momento da entrega do produto final, sendo este também o momento de reconhecimento da receita.

Sobre o segmento de Empreendimentos Imobiliários, a Companhia mantém a aplicação do OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica 02, conforme orientação da CVM, reconhecendo da receita ao longo do tempo (POC). Nas informações contábeis intermediárias atuais, o montante acumulado registrado é de R\$ 842 (em 30 de junho de 2019 - R\$ 475).

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da São Martinho.

a) Venda de produtos e prestação de serviços

A São Martinho comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, levedura, entre outros. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A São Martinho presta serviços de plantio, mecanização e logística. A precificação desses serviços ocorre mediante ao tempo incorrido e materiais utilizados, e são reconhecidos à medida que ocorrem.

Na data das informações contábeis intermediárias atuais, a Companhia possuía clientes que representavam mais de 10% de suas receitas líquidas. Os três maiores clientes das vendas de açúcar da Companhia correspondem a cerca de 51% da receita líquida; enquanto que, em relação ao etanol vendido, os três maiores clientes correspondem a 10%.

b) Venda de terras e loteamentos (Empreendimentos Imobiliários)

As receitas de vendas e os custos dos terrenos inerentes aos empreendimentos são apropriados ao resultado à medida que as obras de infraestrutura avançam, conforme orientado pela CVM e detalhado anteriormente.

Nas vendas a prazo de terrenos com as obras de infraestrutura concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. A Companhia considera o ajuste a valor presente para os valores a receber registrados.

A composição das receitas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	445.931	516.575	478.465	548.831
Mercado externo	699.197	280.971	699.197	280.971
Resultado com derivativos	(91.027)	(1.052)	(91.027)	(1.052)
	<u>1.054.101</u>	<u>796.494</u>	<u>1.086.635</u>	<u>828.750</u>
Amortização de contrato de fornecimento de energia elétrica (i)	-	-	(3.236)	(2.763)
	<u>1.054.101</u>	<u>796.494</u>	<u>1.083.399</u>	<u>825.987</u>
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(60.289)	(71.983)	(62.379)	(74.258)
	<u>993.812</u>	<u>724.511</u>	<u>1.021.020</u>	<u>751.729</u>

(i) Amortização dos contratos de fornecimento de Energia da BIO SC.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28. Custos e despesas por natureza

A reconciliação das despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Matéria prima e materiais de uso e consumo	214.629	154.835	202.134	154.839
Despesas com pessoal	118.704	103.990	119.547	104.704
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	360.782	289.286	362.121	278.653
Serviços de terceiros	53.672	29.684	53.293	28.984
Peças e serviços de manutenção	38.745	27.134	39.010	27.174
Contencioso	2.580	4.117	2.592	4.134
Varição no valor justo dos ativos biológicos	(11.039)	(9.274)	(11.039)	(9.274)
Materiais para revenda	2.728	5.078	2.728	8.367
Custo com venda de terras	-	-	67	38
Outras despesas	31.357	31.934	32.398	32.815
	812.158	636.784	802.851	630.434
<u>Classificadas como:</u>				
Custo dos produtos vendidos	711.938	560.843	701.229	553.031
Despesas com vendas	44.720	24.896	45.293	25.472
Despesas gerais e administrativas	55.500	51.045	56.329	51.931
	812.158	636.784	802.851	630.434

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	13.829	32.833	15.061	34.643
PIS/COFINS sobre receita financeira	(725)	(1.655)	(754)	(1.674)
Ajuste a valor presente	-	9.862	-	9.862
Outras receitas	4.698	3.647	5.789	4.532
	<u>17.802</u>	<u>44.687</u>	<u>20.096</u>	<u>47.363</u>
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente	(43.218)	(13.584)	(43.218)	(12.957)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(46.505)	(69.771)	(46.505)	(69.771)
Juros pagos e auferidos	(5.066)	(6.625)	(5.066)	(6.625)
Comissão de fiança bancária	(83)	(119)	(83)	(119)
Obrigações Copersucar	(2.116)	(1.812)	(2.116)	(1.812)
Outras despesas	(1.524)	(3.404)	(1.543)	(3.420)
	<u>(98.512)</u>	<u>(95.315)</u>	<u>(98.531)</u>	<u>(94.704)</u>
Varição cambial e monetária, líquida				
Disponibilidades	5.387	(4.342)	5.387	(4.342)
Clientes e fornecedores	2.267	(5.806)	2.267	(5.806)
Empréstimos e financiamentos	(8.987)	(5.869)	(8.987)	(5.869)
	<u>(1.333)</u>	<u>(16.017)</u>	<u>(1.333)</u>	<u>(16.017)</u>
Derivativos - não designados para <i>hedge accounting</i>				
Resultado com operações de açúcar	836	(204)	836	(204)
Resultado com operações de etanol	408	31	408	31
Resultado com operações de câmbio	(4.841)	5.997	(4.841)	5.997
Resultado com swap	7.913	(5.222)	7.913	(5.222)
Custo com transações em bolsa	(345)	(301)	(345)	(301)
Varição cambial líquida	2.944	(459)	2.944	(459)
	<u>6.915</u>	<u>(158)</u>	<u>6.915</u>	<u>(158)</u>
Resultado financeiro	(75.128)	(66.803)	(72.853)	(63.516)

(i) Principalmente de arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar.

30. Lucro por ação

	30 de junho de 2020	30 de junho de 2019
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	115.706	91.463
Quantidade média ponderada das ações ordinárias no período - lotes de mil	346.744	354.011
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	0,3337	0,2584

31. Cobertura de seguros

A São Martinho mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informação não auditada) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das informações contábeis intermediárias atuais são:

Controladora e Consolidado	Cobertura máxima (i)
Riscos cobertos	
Lucros cessantes	3.691.545
Responsabilidade civil	3.201.438
Outras coberturas	2.763.259
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	2.020.000
Danos elétricos	1.932.531
Roubo ou furto	237.201
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	192.000

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

* * *